
Entrevista com o historiador Valdemir Donizette Zamparoni

Marcelo Bittencourt*
Sílvio Marcus de Souza Correa**

Graduado em História pela Universidade de São Paulo (1979) e com Doutorado em História Social pela mesma universidade (1998), Zamparoni é professor no Programa de Pós-Graduação em História e no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, no Centro de Estudos Afro-Orientais (Ceao), da Universidade Federal da Bahia. Membro do Conselho Consultivo da Casa das Áfricas e ex-editor da revista *Afro-Ásia*, o historiador Zamparoni faz parte da direção do GT História da África, criado durante o último simpósio nacional da Anpuh em julho de 2011.

Bittencourt e Correa: Seus primeiros trabalhos em história da África foram publicados na década de 80 (séc. XX). Três décadas passadas, que retrospectiva pode ser feita do campo historiográfico no Brasil em relação à história da África?

Zamparoni: Nos anos 80 podíamos contar nos dedos de uma das mãos o número de brasileiros das áreas de Humanidades, aí incluídas as Literaturas e Artes, que se dedicavam aos Estudos Africanos. Isso se refletia na restrita produção acadêmica que, entretanto, felizmente, sempre assumiu uma perspectiva interdisciplinar – sobretudo com a Antropologia – em suas abordagens. Perspectiva que se manteve na atual produção, que é, felizmente, muito mais ampla e diversificada em termos analíticos e temáticos.

* Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Antropologia pela USP. Professor no Departamento de História da UFF. *E-mail:* marcelo216@gmail.com

** Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Doutor em Sociologia pela Westfälische-Wilhelms-Universität Münster. Professor no Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). *E-mail:* silviocorrea@cfh.ufsc.br

Bittencourt e Correa: Os estudos de história afro-brasileira, notadamente da “diáspora negra”, têm sido responsáveis por uma renovação importante no campo historiográfico atual. Qual interface se pode vislumbrar entre tais estudos e a história da África?

Zamparoni: O salto qualitativo dado pela historiografia brasileira sobre o tráfico de escravos e a escravatura ocorreu, com mais intensidade, a partir dos anos 90 do século XX, sobretudo depois que seus estudiosos “descobriram” a África. O que marcava a historiografia anterior era uma espécie de cegueira em relação ao passado dos escravos. Numa imagem um tanto exagerada, costume dizer que, ao ler a produção anterior, ficasse com a sensação de que, os escravos “nasciam” no desembarque e “brotavam” junto com os canaviais que eram obrigados a cultivar. Quando se “reconhecia” que vinham da África, tais textos parecem considerar que ao virem nus nos porões também vinham despidos de valores culturais. O grande salto da historiografia brasileira sobre tráfico e escravidão, que permitiu superar estas perspectivas limitadas, está imbricado também com a convergência entre a História e a Antropologia, algo que já era corrente nos chamados Estudos Africanos. Assim, ao “descobrirem” a África, tais historiadores também se aproximaram dos métodos e perspectivas teóricas correntes entre os africanistas.

Mas a pergunta ainda traz outra vertente. Não há como desconectar o processo histórico do tráfico de escravos que criou a “diáspora negra”, das histórias da Europa e sobretudo da África, mas estou convencido de que não se deve resumir a história da África a esse processo e nem projetar como sendo “africana” a história dos descendentes de escravizados espalhados mundo afora, da mesma maneira que já não é europeia a história dos imigrantes oriundos da Europa. É claro que, quer uns quer outros, trouxeram consigo elementos culturais em sentido lato, que foram sendo transmitidos de geração a geração mas que inexoravelmente não tiveram alternativa senão se adaptarem ao novo meio ecocultural. Novos meios, novas experiências, novas sínteses culturais, nova história. Essa experiência vivida fora dos territórios culturais de origem, por mais que procurasse a eles se conectar seja fisicamente, seja simbolicamente, se distanciou daquele em termos históricos. Infelizmente, ainda há muita gente, inclusive com destaque acadêmico, que parece não compreender que a História da África, seus povos e culturas, não se confunde e,

sobretudo, não se resume à história do tráfico de escravos e da diáspora africana.

Bittencourt e Correa: Nos últimos anos, seu trabalho de historiador tem envolvido o campo da arquivística, sobretudo, no que tange à inovação e à formação em arquivos digitais. Que avaliação já pode ser feita da parceria entre o Arquivo Histórico de Moçambique e o Arquivo Digital da Memória Africana no Brasil no Ceao/UFBa?

Zamparoni: O que orientou este projeto binacional foi a perspectiva de que os documentos existentes nos arquivos são parte integrante do patrimônio público, cujo acesso deve ser o mais amplo e aberto possível para garantir uma verdadeira democracia na relação entre o cidadão do presente e o conhecimento do passado. Os historiadores (por razões profissionais) são os beneficiários diretos, mas os efeitos não se limitam a eles. Quanto dinheiro não é necessário para enviar e manter pesquisadores por meses a fio em arquivos em outro continente ou mesmo no Brasil? A digitalização e o livre acesso facilita tudo isso. Claro que não substitui o contato direto com os papéis envelhecidos e os ambientes empoeirados que tanto nos apraz, mas ter acesso antecipado a um bom conjunto documental no conforto de nossos gabinetes permitiria que as pesquisas *in situ* fossem mais produtivas. Se isso é verdadeiro para todas as áreas da História o é mais ainda no que tange aos Estudos Africanos no Brasil, tão carentes de meios documentais. O acesso a acervos digitais – institucionais ou mesmo pessoais – já tem produzido resultados concretos: dezenas de monografias e dissertações de mestrado – e mesmo algumas teses de doutorado – têm sido elaboradas graças ao acesso a documentos digitalizados disponibilizados *online* ou mesmo passadas de mão em mão. O paulatino crescimento em número e qualidade destes estudos consolidará o campo de estudos.

Sob o ponto de vista do documentalista, a digitalização permite a preservação dos documentos da manipulação direta, quase sempre danosa à integridade de papéis já fragilizados pelo tempo e pela má-conservação, gritante nos países mais pobres.

Concretamente o projeto com o Arquivo Histórico de Moçambique visava envolver os técnicos superiores da instituição neste debate e nas experiências realizadas no Brasil e, ao mesmo tempo, discutir como tal

política de acesso democrático pode ser concretamente aplicada a Moçambique. A avaliação feita pelos envolvidos mostrou que o resultado foi positivo.

Bittencourt e Correa: Seus trabalhos sobre o período colonial em Moçambique têm tratado de temas como racismo e gênero. Qual sua avaliação sobre a pesquisa e a produção atual sobre ambos os temas na historiografia brasileira e na moçambicana?

Zamparoni: Pelo que tenho acompanhado nos fóruns especializados, entre eles o GT África/Anpuh, o grosso da produção dos estudos africanos brasileiros, notadamente a dos jovens mestres e doutorandos, ainda está um tanto atada a temas macro, sobretudo no universo do político e de figuras africanas “heroicas”. Isso me parece natural e decorre da tomada de conhecimento destes jovens dos processos históricos africanos. A historiografia ainda preponderante, o ensino que a dissemina e a maior disponibilidade de fontes sobre processos políticos e personagens destacadas, naturalmente, conduzem os olhares. Mas isso, com o tempo e maturidade, será superado. Temas do cotidiano vivido pelos africanos tais como racismo, relações de gêneros, alimentação, família, agricultura, sociabilidade, música, lazer, religiões, sexualidade, etc. já presentes em alguns estudos começarão a despertar crescente interesse.

Por razões que muito têm a ver com a própria experiência acadêmica, os moçambicanos já não priorizam estudos macro, nem os temas políticos – resistência e colonialismo em geral – que marcaram sua historiografia nos anos que se seguiram à independência, embora ainda estejam presentes. Gênero, família, religiosidade, saúde, na contemporaneidade, têm merecido grande atenção.

Bittencourt e Correa: Sua pesquisa mais recente se dedica ao estudo dos encontros e confrontos entre a medicina colonial e as práticas de cura locais de Angola e Moçambique. Que novidades já podemos conhecer desse trabalho? E quais as possibilidades de análise que se abrem tendo em conta o estudo do colonialismo nessas regiões?

Zamparoni: Trata-se de um projeto de longa duração. Recolhi imensa documentação em Angola, Moçambique e Portugal que ainda está sendo identificada, transcrita e sistematizada. Os resultados ainda

são tímidos, embora a riqueza dos documentos vislumbrem possibilidades imensas, que ultrapassam a capacidade de um único pesquisador. Tenho tentado envolver jovens estudantes para que explorem esse material enquanto ajudam a sistematizá-lo, mas os meios disponíveis para bolsas são muito limitados.

De um lado, não é raro encontrar estudos sobre a história da medicina ocidental que a aponta como uma instituição integrada ao sistema colonial, a serviço deste. De outro, há muitos estudos, sobretudo de viés antropológico, sobre “feitiçaria” e curandeirismo africano, não raro com certo exotismo, mas não há um corpo bibliográfico sobre a evolução nas relações entre os dois sistemas de cura. É este o caminho que me interessa. Estou em busca de perceber como essa relação se tecia no cotidiano em solo de Angola e Moçambique, numa perspectiva, ao mesmo tempo, de longa duração.

Bittencourt e Correa: Entre as preocupações recorrentemente levantadas pelos profissionais que se dedicam ao estudo da História da África consta a necessidade de incrementar o intercâmbio entre os pesquisadores brasileiros e os pesquisadores africanos e africanistas. Que análise podemos fazer dessa demanda, tendo em conta os seus 30 anos de dedicação ao tema?

Zamparoni: Sem dúvida que esse intercâmbio é essencial para o desenvolvimento e consolidação do campo de estudos e, felizmente, isso tem se intensificado. Muitas universidades e centros de estudos têm podido contar com a presença de pesquisadores africanos que muito contribuem para a discussão de temas sobre África que, por décadas seguidas, senão séculos, estavam ausentes da academia brasileira. A própria presença de estudantes africanos em nosso meio ajuda a superar, no cotidiano, certos exotismos e idealizações persistentes.

Mas muita coisa ainda precisa ser feita. Uma delas é um intercâmbio real, de duas vias: receber pesquisadores e estudantes africanos, mas também poder enviar professores e estudantes brasileiros para lecionar, pesquisar e estudar em universidades africanas. Isso, se existe, é pontual e resulta muito mais de esforços e iniciativas individuais. Não há uma política institucional que possa incentivar ou mesmo viabilizar as demandas já existentes. Mas sou otimista.

Bittencourt e Correa: Recentemente, o GT de História da África foi criado junto à Anpuh. Quais objetivos e propostas tem o GT e qual o cenário que se pode desenhar para o devir do GT?

Zamparoni: A própria criação do GT na reunião da Anpuh de 2011, indica o crescimento da área de conhecimento em Estudos Africanos. Para atender o número de inscritos nos seminários temáticos que deram origem ao GT, foi preciso desdobrá-los em dois e com sessões em todos os dias da realização do simpósio. A aprovação unânime pela Assembleia Geral sinaliza que há um amadurecimento por parte da comunidade de historiadores e uma consciência de que os Estudos Africanos constituem campo próprio de conhecimento, que merece ter representatividade pública não só junto à Anpuh mas também junto aos demais órgãos e entidades relacionadas ao conhecimento histórico e das humanidades em geral, em particular as agências de fomento. Nas reuniões que antecederam a criação do GT, houve acaloradas discussões na definição do que viria a ser o escopo do GT e como se definiria Estudos Africanos. Prevaleceu a tese de que todos os estudos, de todas as áreas de conhecimento das Ciências Humanas e Sociais, ou de outras ciências que se debrucem sobre os aspectos históricos, e que tenham o foco de estudo no continente africano, seus povos e culturas, estariam abrangidos e seriam acolhidos pelo GT. Assim, evitou-se certa confusão ainda presente entre Estudos Africanos e Estudos Diaspóricos e ao mesmo tempo abriu-se para a indispensável interdisciplinaridade essencial para este campo de conhecimento.

O GT foi criado para dar representatividade e incentivar pesquisas, publicações e todas as demais atividades pertinentes ao exercício da produção do conhecimento, neste caso, em Estudos Africanos. Espero que paulatinamente consigamos concretizar tais objetivos.

Bittencourt e Correa: Qual a sua avaliação sobre os editais Pró-África e CPLP criados pelo CNPq?

Zamparoni: Os editais foram fundamentais para atrair novos pesquisadores para o campo dos estudos africanos e mesmo viabilizar novos projetos de pesquisadores já experimentados, mas, por sua características e duração, tais editais não conseguem consolidar grupos

de pesquisa. Funcionaram como uma espécie de “isca” para atrair e despertar atenção para o campo de estudos, mas para que frutifiquem seria necessário transformar este atrativo fugaz em linhas de apoio de longa duração. De qualquer modo, a comunidade acadêmica interessada nos estudos africanos deve gestionar junto ao CNPq para novas dotações, seja para esses editais – “sementes”, seja para editais que ajudem a consolidar os projetos surgidos no âmbito dos primeiros.

Silvio e Marcelo: Muitas universidades abriram concursos para Professor de História da África nos últimos 6 anos e esse impulso continua. Já é possível fazer um balanço dessa expansão? E qual seria?

Zamparoni: Como já mostrei em algumas pequenas reflexões publicadas e tenho repetido nos fóruns especializados, três décadas atrás os professores que ensinavam, no Brasil, temas relacionados com África eram pouquíssimos e vistos como sujeitos meio-exóticos – tal qual seus temas – pelo *main stream* acadêmico. Hoje, digo, em tom de chiste, que estudar África se tornou *fashion*. Felizmente. Na verdade, a demanda pelo conhecimento sobre África decorre de amplo e multivocal movimento social, e essa demanda se estendeu ao Ensino Básico, Médio e, para dar resposta a estes níveis, ao Ensino Superior.

Devido às características do sistema universitário brasileiro, a pesquisa só é possível nos departamentos de ensino, assim, novos postos para professores de História de África se vislumbra como uma desejável ampliação do número de futuros pesquisadores em estudos africanos.

Bittencourt e Correa: Alguns Programas de Pós-Graduação em História no Brasil já têm consolidadas linhas de pesquisa, significativa produção acadêmica e alguns pesquisadores com projeção internacional no campo historiográfico. Que balanço pode se fazer dessa “contribuição brasileira” em relação à norte-americana e à europeia para a história da África?

Zamparoni: Alguns anos atrás, ouvi de uma historiadora moçambicana que meus estudos sobre Moçambique, somente podiam ter sido escritos por uma pessoa que não fosse moçambicana, nem oriunda da Europa ou dos EUA. O tom do comentário era positivo. A diferença

estava no fato, segundo ela, de que, nós brasileiros, não tínhamos tido a experiência do colonialismo recente, nem como colonizados, nem como colonizadores. Essa é, sem dúvida, uma mais-valia que, embora não possa ser absolutizada dada a pesada herança eurocêntrica, pode situar-nos num patamar distinto e com um olhar específico.

Aqui os estudos africanos nunca estiveram, como na Europa, associados ao projeto colonialista – que se reflete em certa historiografia que oscila entre o saudosismo imperial ou *mea culpa*. Também se distingue dos EUA, onde os Estudos Africanos se constituíram como um campo de saber que, por razões históricas locais, acabou por seguir as linhas raciais: os *African Studies* eram, quase exclusivamente, assunto de brancos, e os *Ethnic Studies*, assunto de negros. Não posso generalizar, mas em Salvador, ao criarmos o Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos – cujo título parece uma confusão teórica, mas proposital – pensamos justamente poder contribuir para o crescimento de ambos os campos de estudos de maneira articulada, rompendo as barreiras que os separam noutros ambientes acadêmicos. Acreditamos que os estudos de relações raciais saem ganhando se os estudantes tiverem conhecimento sobre os processos históricos e as realidades africanas. Da mesma maneira, os futuros especialistas em Estudos Africanos podem melhor compreender processos complexos do continente africano se os pensarem de maneira articulada com outras realidades, sobretudo, mas não só, a brasileira. Muitos fenômenos sociais – racismo, por exemplo – embora social e historicamente inscritos, ocorrem em muitos contextos. Poder pensá-los fora do ambiente “doméstico” ajuda a refinar reflexões e mesmo instrumentos analíticos. (Atualizamos a ortografia. A pontuação sofreu ajustes para adaptação às regras).

Resenhas

